

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO n.º _____, de 2020

(Da Sra. Áurea Carolina e outros)

Solicita ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. Fernando Azevedo e Silva, informações sobre a atuação da Marinha do Brasil em relação à Barragem do Rio dos Macacos e a comunidade quilombola daquele local.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações e documentos do Ministro de Estado da Defesa, Sr. Fernando Azevedo e Silva, referentes à atuação da Marinha do Brasil em relação à Barragem do Rio dos Macacos e a comunidade quilombola daquele local.

As informações devem ser prestadas de maneira clara e objetiva, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade, nos termos do art. 50 da Constituição Federal.

1. Qual o histórico de relacionamento da Marinha do Brasil com a Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos? Houve alguma participação das famílias quilombolas no processo de construção da Barragem Rio dos Macacos e da Vila Naval de Aratu?
2. Quais foram as políticas de reparação empregadas pela Marinha do Brasil e pela União para o conjunto das famílias quilombolas e de trabalhadores rurais removidas para a construção da Barragem do Rio dos Macacos e a Vila Naval de Aratu? Solicita-se o envio de cópias dos planos de remoção e de toda documentação referente a eventuais reparações.
3. Por que razão a Marinha do Brasil reivindica, através das ações judiciais movidas pela União desde 2011, a área do território quilombola em questão? E por que razão prosseguiu com ações reivindicatórias, atualmente em fase

- recursal no TRF-1, mesmo após a transferência da titularidade da terra para a Secretaria do Patrimônio da União?
4. Quais são as políticas de vigilância e atividades militares empreendidas pela Vila Naval de Aratu nas imediações das residências das famílias quilombolas? A Marinha do Brasil atualmente realiza operações de segurança na área do território quilombola?
 5. Cientes do alto grau de vulnerabilidade social a que está submetida a Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, quais medidas a Marinha do Brasil realizou em prol da garantia dos direitos humanos, da soberania alimentar, da saúde e do direito universal à água das famílias quilombolas?
 6. Que finalidade estratégica motivou a construção da Barragem do Rio dos Macacos? Qual o seu uso atualmente? Solicitam-se cópias dos planos de construção e de todos os relatórios sobre o funcionamento da barragem.
 7. O processo de construção da Barragem Rio dos Macacos foi submetido a algum controle ou licenciamento ambiental? Em caso afirmativo, solicitam-se cópias dos laudos, relatórios e demais documentações referentes ao processo de licenciamento.
 8. Durante os anos 1964 e 1985, quais atividades militares foram desempenhadas no âmbito da Barragem do Rio dos Macacos e da Vila Naval de Aratu? Neste período, como a administração da Barragem do Rio dos Macacos e da Vila Naval de Aratu se relacionou com as famílias quilombolas e de trabalhadores rurais ocupantes da área reivindicada pela Marinha do Brasil?
 9. Desde quando o governo brasileiro e a Marinha tem ciência da possibilidade de iminente rompimento da Barragem do Rio dos Macacos, amplamente denunciada? O projeto de estruturação e manutenção da Barragem do Rio dos Macacos passou por algum tipo de revisão quanto à sua capacidade desde a sua construção, na década de 1950?
 10. A Marinha do Brasil, enquanto administradora da Barragem do Rio dos Macacos, atende a Lei nº 12.334/2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens? Em caso afirmativo, favor justificar.
 11. Desde sua fundação, quando a Barragem do Rio dos Macacos passou por processos de fiscalização? Nestas ocasiões houve levantamento de algum risco de rompimento ou à saúde pública? Solicitam-se cópias de todos os relatórios e laudos de fiscalização e monitoramento já produzidos.

12. A Barragem do Rio dos Macacos possui um Plano de Ação Emergencial (PAE)? A Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos foi consultada sobre este plano nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT? Houve diálogo com a Comunidade Bosque Imperial de Inema, localizada à jusante da barragem e em área de auto-salvamento, para a formulação do PAE?
13. Quais medidas emergenciais estão sendo colocadas em prática para evitar o rompimento da Barragem do Rio dos Macacos? Essas medidas estão sendo desenvolvidas em diálogo com as comunidades potencialmente afetadas, incluindo-se a Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos?
14. O que tem sido feito para evitar a perda de vidas nas famílias que moram à jusante da Barragem do Rio dos Macacos e o completo isolamento da comunidade quilombola, dado o risco de rompimento da barragem apontado no relatório da SUDEC realizado em 11 de maio de 2020? Favor detalhar as eventuais ações e fornecer cópias dos respectivos planos e relatórios.
15. Qual o investimento orçamentário empregado pela Marinha do Brasil para manutenção da Barragem do Rio dos Macacos? A manutenção ocorre por servidores militares ou por empresas terceirizadas? No caso de contratações, solicitam-se cópias dos documentos referentes à licitação e os contratos de prestação de serviço passados e atuais.
16. Como este Ministério justifica as restrições de movimento impostas à comunidade quilombola de Rio dos Macacos na Vila Naval de Aratu na portaria e no acesso da Barragem? Por qual razão a estrada de acesso independente ao território do Quilombo de Rio dos Macacos teve a sua construção paralisada?
17. A Marinha do Brasil tem impedido a construção de moradias no território do Quilombo de Rio dos Macacos? Se sim, por que?
18. A Marinha propõe a construção de um muro divisor no local? Se sim, por que? Quais os limites e por onde passaria esse muro? A comunidade quilombola será consultada sobre este empreendimento nos termos da Convenção 169 da OIT? Solicitam-se cópias dos projetos, licitações, atas de reuniões, planos de consulta e demais atos administrativos referentes à referida construção.
19. Se construído, o muro impedirá o acesso da comunidade a fontes de água ou exercício livre do seu modo de viver, fazer e criar? Este Ministério possui

estudos sobre os riscos de violação de direitos humanos, sociais e territoriais da comunidade do Quilombo de Rio dos Macacos nesta construção? Em caso afirmativo, solicitam-se o envio de cópias.

20. Qual a proposta da Marinha do Brasil para garantir o uso compartilhado das fontes de água com a comunidade quilombola, incluindo a Barragem do Rio dos Macacos?

JUSTIFICAÇÃO

No último sábado, 30 de maio, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) transferiu para a Associação dos Remanescentes de Quilombo Rio dos Macacos o domínio coletivo de 97,83 hectares dos 301,36 hectares de terra pertencentes a esta comunidade, localizada no Município de Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador (BA). Trata-se de uma importante vitória de uma luta cujas origens estão vinculadas aos processos de resistência negra à escravidão e que não se encerra agora, pelo contrário.

A Barragem do Rio dos Macacos, localizada neste território quilombola, segue sendo um entrave à permanência e desenvolvimento da comunidade em questão. Desde os anos 1950 o território tradicional quilombola passou a ser gradativamente espoliado para a construção do empreendimento, que chegou ao seu auge nos anos 1970, quando houve a construção da Vila Naval para os oficiais da Marinha, com o intuito de servir à Base Naval de Aratu, localizada a 09 km do quilombo.

Ao longo do histórico de invasão pela Marinha do Brasil, os habitantes da comunidade quilombola sofreram diversos processos de violação de Direitos Humanos que se agudizaram com a promoção, no âmbito do Poder Judiciário Federal, de três ações judiciais reivindicatórias da Marinha do Brasil (2009.33.00.016792-4, 22425-98.2010.4.01.3300 e 22426-83.2010.4.01.3300) pleiteando a suposta reintegração da área e a consequente expulsão de toda a comunidade.

Além disso, desde 2015, a comunidade quilombola de Rio dos Macacos denuncia o risco de rompimento da Barragem em questão, sem que nenhuma medida fosse tomada. Neste ano, depois de novas denúncias, uma equipe composta pela Superintendência de Proteção e Defesa Civil (SUDEC) do Governo do Estado da Bahia, Prefeitura-Bairro e SEMPRE se deslocou até o local para verificar a situação da

Barragem localizada no território quilombola de Rio dos Macacos. O laudo da SUDEC atestou grave risco e insegurança, sobretudo para as 300 famílias que moram na jusante da barragem.

Sabemos que a omissão dos órgãos competentes na fiscalização e manutenção das obras e barragens é uma triste realidade brasileira. Segundo o Relatório da Agência Nacional de Águas (ANA), publicado em 2018, referente a 2017, constam no Brasil 24.092 barragens das quais apenas 3% foram vistoriadas pelos órgãos fiscalizadores. O descaso no controle da segurança das barragens representa um risco altíssimo para as populações, que raramente conhecem a situação dos projetos nas regiões onde moram.

Em um eventual rompimento da Barragem do Rio dos Macacos, a comunidade perderia o único acesso possível para fora do território, cuja estrada se encontra acima da Barragem e corre o risco de ficar completamente isolada. Não à toa, um dos pleitos históricos do Quilombo Rio dos Macacos é a retomada da construção de uma estrada alternativa à Vila Naval. Medida que, inclusive, viria reparar, minimamente, o transtorno e a omissão do Estado em relação ao isolamento e impedimento ao livre exercício do direito de ir e vir dos quilombolas.

Ressalta-se, ainda que até mesmo o acesso a água pela comunidade, algo fundamental sempre mas ainda mais emergencial no contexto da atual pandemia do Covid-19, também está submetido à gestão da barragem. No dia 13 de maio, a comunidade denunciou, inclusive, o corte total do fornecimento de água pela Marinha do Brasil.

Diante de tantas violações e ameaças, as comunidades afetadas denunciaram o caso ao Ministério Público Federal, o qual expediu, no dia 15 de maio, recomendações às autoridades competentes. As comunidades atingidas também realizaram protesto na manhã do dia 21 de maio deste ano, no trecho da BA-526, entre Salvador e Simões Filho, a fim de denunciar a situação e exigir imediata ação e responsabilização das autoridades que permitiram que a situação chegasse ao iminente risco de rompimento da barragem.

Ante ao exposto, e de modo a evitar que uma nova tragédia aconteça com o rompimento desta barragem, urge que o Poder Legislativo tenha acesso às informações e documentos aqui solicitados, e que providências imediatas sejam tomadas pelos órgãos competentes para assegurar o respeito aos direitos das 300 famílias à jusante da barragem e da comunidade quilombola de Rio dos Macacos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Salas das Sessões, 04 de junho de 2020.

Áurea Carolina
PSOL/MG

Bira do Pindaré
Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das
Comunidades Quilombolas - PSB/MA

Fernanda Melchionna
Líder do PSOL

David Miranda
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Glauber Braga
PSOL/RJ

Ivan Valente
PSOL/SP

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ





Requerimento **(Do Sr. Áurea Carolina)**

Solicita ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. Fernando Azevedo e Silva, informações sobre a atuação da Marinha do Brasil em relação à Barragem do Rio dos Macacos e a comunidade quilombola daquele local.

Assinaram eletronicamente o documento CD203959501200, nesta ordem:

- 1 Dep. Áurea Carolina (PSOL/MG)
- 2 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS)
- 3 Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL/PA)
- 4 Dep. Marcelo Freixo (PSOL/RJ)
- 5 Dep. Bira do Pindaré (PSB/MA)
- 6 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)
- 7 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP)
- 8 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- 9 Dep. David Miranda (PSOL/RJ)